

Secretários querem verba de US\$ 14 bi para Saúde

CORREIO BRAZILIENSE

07 FEV 1994

Os secretários municipais e estaduais de Saúde estão sensibilizando prefeitos e governadores para a importância de uma atuação junto às suas bancadas no Congresso Nacional no sentido de estabelecer na Constituição Federal um percentual no Orçamento da União para a Saúde, durante a revisão constitucional, como já acontece com a Educação. Também apóiam a proposta do ministro da Saúde, Henrique Santillo, de estabelecer em 14 bilhões de dólares o Orçamento da Saúde para este ano, que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mandou cortar para nove bilhões de dólares.

Esta articulação política está sendo realizada com o conhecimento do ministro da Saúde, Henrique Santillo, e tem a coordenação do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde) e do Conass (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde) e deve culminar com uma grande concentração de secretários, prefeitos e até governadores em Brasília, em

data a ser definida.

Para a secretária do Conasems e presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Mato Grosso (Cosems-MT), Maria da Penha Lino, esta "sensibilização de prefeitos e governadores é importante, pois o corte no Orçamento da Saúde vai cair em cima deles, já que, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), eles são os responsáveis pela gestão da política de Saúde". Entre os secretários municipais está sendo discutida, inclusive, a idéia de realizar um acampamento na rampa do Congresso e uma paralisação geral de um dia das secretarias de todo o País para discutir entre os servidores a gravidade da situação da Saúde.

O presidente do Conass e secretário estadual de Saúde do Piauí, Benício Parentes de Sampaio, disse que "a situação é gravíssima e o pagamento desde dezembro aos estados e municípios ainda não foi feito. Segundo ele o Ministério da Saúde pagou somente aos hospitais.